

Nova série de Contas Regionais para o período 2000 a 2013

O Instituto Nacional de Estatística procede à divulgação da nova série de Contas Regionais (CR) consistente com a nova base das Contas Nacionais Portuguesas, cujo ano de referência é 2011. Esta série incorpora as alterações metodológicas decorrentes da implementação do Sistema Europeu de Contas 2010 (SEC 2010), do novo Manual Metodológico de Contas Regionais do Eurostat e de nova informação estrutural, entre as quais os Censos 2011 e o Recenseamento Agrícola 2009.

Tendo por referência 2012, último ano para o qual se publicaram contas regionais na base anterior, o PIB foi revisto em alta em 6 das 7 Regiões NUTSII, tendo a região Norte registado a menor revisão (1,6%) e o Alentejo a maior (5,4%). A Região Autónoma da Madeira foi a única exceção, com o PIB a ser revisto em baixa 16,1%, em grande parte devido às novas regras de registo das “entidades com fins específicos” (Special Purpose Entities – SPE).

De acordo com os resultados da nova série, em 2013, as regiões do Alentejo e da Região Autónoma da Madeira apresentaram decréscimos reais mais expressivos que a média nacional, com -2,2% e -1,8% respetivamente. A região Centro, com -1,1%, registou o menor decréscimo, seguido da região Norte e da Região Autónoma dos Açores, com -1,2%. Algarve e Lisboa registaram um desempenho igual ao país (-1,4%).

I. Contas Regionais – Base 2011: principais alterações metodológicas

O INE divulga as Contas Regionais (CR) em base 2011 para o período de 2000 a 2013. Esta nova série é consistente com as Contas Nacionais Anuais e Trimestrais (base 2011) quer em termos metodológicos e conceituais, quer com os resultados nacionais já apresentados. Para 2012 e 2013, é divulgada uma versão sintética das CR, de carácter preliminar, consistente com os resultados das Contas Nacionais Trimestrais divulgadas no passado dia 28 de novembro.

As alterações com maior impacto resultaram da implementação do SEC 2010, da incorporação de nova informação estatística e da aplicação do novo Manual Metodológico de Contas Regionais do Eurostat. No final do destaque são apresentadas as principais alterações metodológicas resultantes do SEC 2010 e com maior impacto ao nível das CR.

A incorporação de nova informação estatística, de natureza estrutural, onde se destacam os resultados dos Censos 2011 e do Recenseamento Agrícola (RA) de 2009, foi relevante nas revisões das Contas Regionais. O impacto do RA foi essencialmente sentido na estimação do VAB regional do Ramo da Agricultura, Silvicultura e Pesca. Já os reflexos dos Censos foram particularmente significativos no cálculo das rendas de habitação, no valor de “adicional de emprego” por região e nos resultados *per capita* dos principais agregados económicos (PIB, Rendimento Primário e Rendimento Disponível) por via da revisão da população residente, com especial relevo em algumas NUTS.

Por fim, é de relevar a adoção de procedimentos e recomendações do novo Manual Metodológico de Contas Regionais, entre os quais maior detalhe a observar na deflação do VAB de alguns ramos de atividade. Este manual pode ser consultado no Portal do INE, no seguinte endereço eletrónico:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais_metod

II. Produto Interno Bruto Regional

1. Resultados de 2011 e 2012 preliminar – comparação entre bases

Como se pode observar no quadro 1, a reavaliação em alta do PIB nacional, em 2011¹, em 2,9% face ao apurado na anterior série (base 2006), não se traduziu numa reavaliação uniforme nas regiões NUTSII quer em termos de magnitude quer mesmo no sinal da revisão. Efetivamente, numa região, a Região Autónoma da Madeira, o PIB foi revisto em baixa em cerca de 15,1%. Esta revisão esteve associada essencialmente ao novo tratamento das SPE localizadas no Centro Internacional de Negócios da Madeira. Com efeito, o SEC 2010 reconhece o carácter excecional destas unidades, considerando que a sua função principal consiste na captação e transferência de fundos entre entidades não residentes. Consequentemente, procedeu-se à reclassificação destas unidades, que maioritariamente passaram a integrar o setor das sociedades financeiras, sendo ainda recomendado que a atividade registada no território de acolhimento corresponda apenas aos fluxos realizados com agentes económicos residentes (ver caixa no final deste destaque). A implementação do novo registo, tudo o resto constante, traduziu-se numa reavaliação em baixa de 0,4% do PIB do país em 2010.

¹ Em base 2006, o ano de 2011 tinha carácter provisório.
Contas Regionais – Base 2011, 2000 - 2013

Quadro 1

Produto Interno Bruto Regional

Regiões	Base 2006						Base 2011							
	2011Po			2012Pe			2011				2012Pe			
	10 ⁶ Euros	%	Var. Volume (%)	10 ⁶ Euros	%	Var. Volume (%)	10 ⁶ Euros	%	Var. Volume (%)	revisão face à Base 2006 (%)	10 ⁶ Euros	%	Var. Volume (%)	revisão face à Base 2006 (%)
Norte	48.675	28,4	-0,7	47.430	28,7	-2,6	49.997	28,4	-1,3	2,7	48.210	28,4	-3,3	1,6
Centro	31.629	18,5	-1,4	30.329	18,4	-4,0	32.919	18,7	-1,6	4,1	31.699	18,7	-3,6	4,5
Lisboa	63.572	37,1	-1,3	61.226	37,1	-3,0	66.073	37,5	-2,2	3,9	63.487	37,4	-3,1	3,7
Alentejo	11.059	6,5	-1,5	10.660	6,5	-3,4	11.526	6,5	-1,7	4,2	11.237	6,6	-2,8	5,4
Algarve	7.152	4,2	-3,2	6.922	4,2	-3,5	7.347	4,2	-3,3	2,7	7.207	4,2	-2,6	4,1
R.A. Açores	3.714	2,2	-0,6	3.569	2,2	-3,0	3.760	2,1	-1,8	1,3	3.633	2,1	-3,0	1,8
R.A. Madeira	5.141	3,0	-2,2	4.812	2,9	-7,1	4.367	2,5	-1,2	-15,1	4.035	2,4	-7,0	-16,1
Extra-regio	184	0,1	-6,8	160	0,1	-6,3	176	0,1	-9,1	-4,2	160	0,1	-2,8	-0,2
Portugal	171.126	100,0	-1,3	165.108	100,0	-3,2	176.167	100,0	-1,8	2,9	169.668	100,0	-3,3	2,8

Po - dados provisórios
Pe - dados preliminares

Embora a informação para 2012 seja preliminar, quer na base 2006 quer na base 2011, os resultados das revisões são similares a 2011, sendo o PIB de todas as outras regiões NUTSII revisto em alta, com exceção da Região Autónoma da Madeira. Alentejo, Centro, Algarve e Lisboa apresentam revisões do PIB superiores à do país.

Uma das alterações introduzidas com a base 2011 foi a incorporação dos resultados do Recenseamento Agrícola de 2009 como referencial para o cálculo de um vasto conjunto de produtos do setor primário, que conduziu à revisão em baixa do VAB do ramo de atividade da Agricultura, Silvicultura e Pesca, com impacto negativo no VAB e PIB nacional, e impactos regionais distintos, como pode ser observado no quadro seguinte.

Quadro 2

VAB Agricultura, Silvicultura e Pesca

Regiões	Base 2006		Base 2011		
	2011Po		2011		revisão face à Base 2006 (%)
	10 ⁶ Euros	%	10 ⁶ Euros	%	
Norte	636	19,4	686	21,4	7,8
Centro	941	28,7	925	28,8	-1,8
Lisboa	211	6,4	210	6,5	-0,6
Alentejo	856	26,1	855	26,6	-0,2
Algarve	260	7,9	183	5,7	-29,3
R.A. Açores	293	8,9	275	8,6	-6,2
R.A. Madeira	79	2,4	75	2,3	-5,2
Portugal	3.277	100,0	3.209	100,0	-2,1

Po - dados provisórios

O Algarve foi a região com maior revisão em termos relativos, com uma diminuição do VAB da Agricultura, Silvicultura e Pesca de cerca 29,3%. Em sentido contrário destaca-se a região Norte, a única com uma revisão positiva do VAB neste ramo de quase 8%. As regiões de Lisboa e Alentejo praticamente não foram revistas com a adoção desta nova fonte estatística.

Como referido anteriormente, a incorporação dos resultados dos Censos 2011 conduziu a uma forte revisão em alta das rendas, quer efetivas quer imputadas, face aos valores estimados na base 2006. O VAB das Atividades Imobiliárias que, para além das rendas de habitação, inclui a compra e venda de bens imobiliários, apresentou revisões distintas, como se pode observar no quadro seguinte.

Quadro 3

Regiões	Base 2006		Base 2011		
	2011Po		2011		
	10 ⁶ Euros	%	10 ⁶ Euros	%	revisão face à Base 2006 (%)
Norte	4.430	33,7	4.720	28,4	6,5
Centro	2.646	20,1	3.250	19,6	22,8
Lisboa	3.834	29,1	5.787	34,9	50,9
Alentejo	811	6,2	1.048	6,3	29,2
Algarve	836	6,3	1.038	6,3	24,2
R.A. Açores	267	2,0	374	2,3	40,2
R.A. Madeira	337	2,6	379	2,3	12,4
Portugal	13.161	100,0	16.597	100,0	26,1

Po - dados provisórios

A região de Lisboa foi a que apresentou a maior revisão, tendo o valor do VAB das Atividades Imobiliárias nesta região duplicado, e o Norte registou a atualização mais baixa. Esta alteração conduziu a uma nova estrutura regional do VAB deste ramo de atividade, com a região de Lisboa a trocar de posição com a região Norte.

2. Resultados preliminares de 2013

Em 2013 o PIB nacional registou um acréscimo nominal de 0,9% e um decréscimo em termos reais de 1,4%. Estima-se que o PIB em termos nominais tenha crescido mais que a média nacional na Região Autónoma dos Açores (1,7%), no Algarve (1,4%) e no Centro (1,3%). O Alentejo destaca-se por ter apresentado a evolução menos positiva (0,3%), observando-se nas restantes regiões acréscimos próximos do país.

Quadro 4

Produto Interno Bruto Regional 2013Pe

Regiões	Base 2011			
	2013Pe			
	10 ⁶ Euros	%	Var. Valor (%)	Var. Volume (%)
Norte	48.668	28,4	1,0	-1,2
Centro	32.123	18,8	1,3	-1,1
Lisboa	63.902	37,3	0,7	-1,4
Alentejo	11.275	6,6	0,3	-2,2
Algarve	7.310	4,3	1,4	-1,4
R.A. Açores	3.694	2,2	1,7	-1,2
R.A. Madeira	4.071	2,4	0,9	-1,8
Extra-regio	168	0,1	5,1	-0,5
Portugal	171.211	100,0	0,9	-1,4

Pe - dados preliminares

Em termos reais, estima-se que o Alentejo seja a região com maior redução do PIB em volume (-2,2%), essencialmente devido ao decréscimo ocorrido no VAB do ramo de atividade da Indústria, energia, água e saneamento (-3,7%).

A Região Autónoma da Madeira apresentou igualmente um decréscimo em volume (-1,8%) superior ao país, devido à diminuição do VAB das empresas que operam a partir do Centro Internacional Negócios da Madeira e, sobretudo, à diminuição real do VAB da Construção (-15,4%) e das Atividades financeiras e de seguros (-7,4%).

III. Coesão Regional

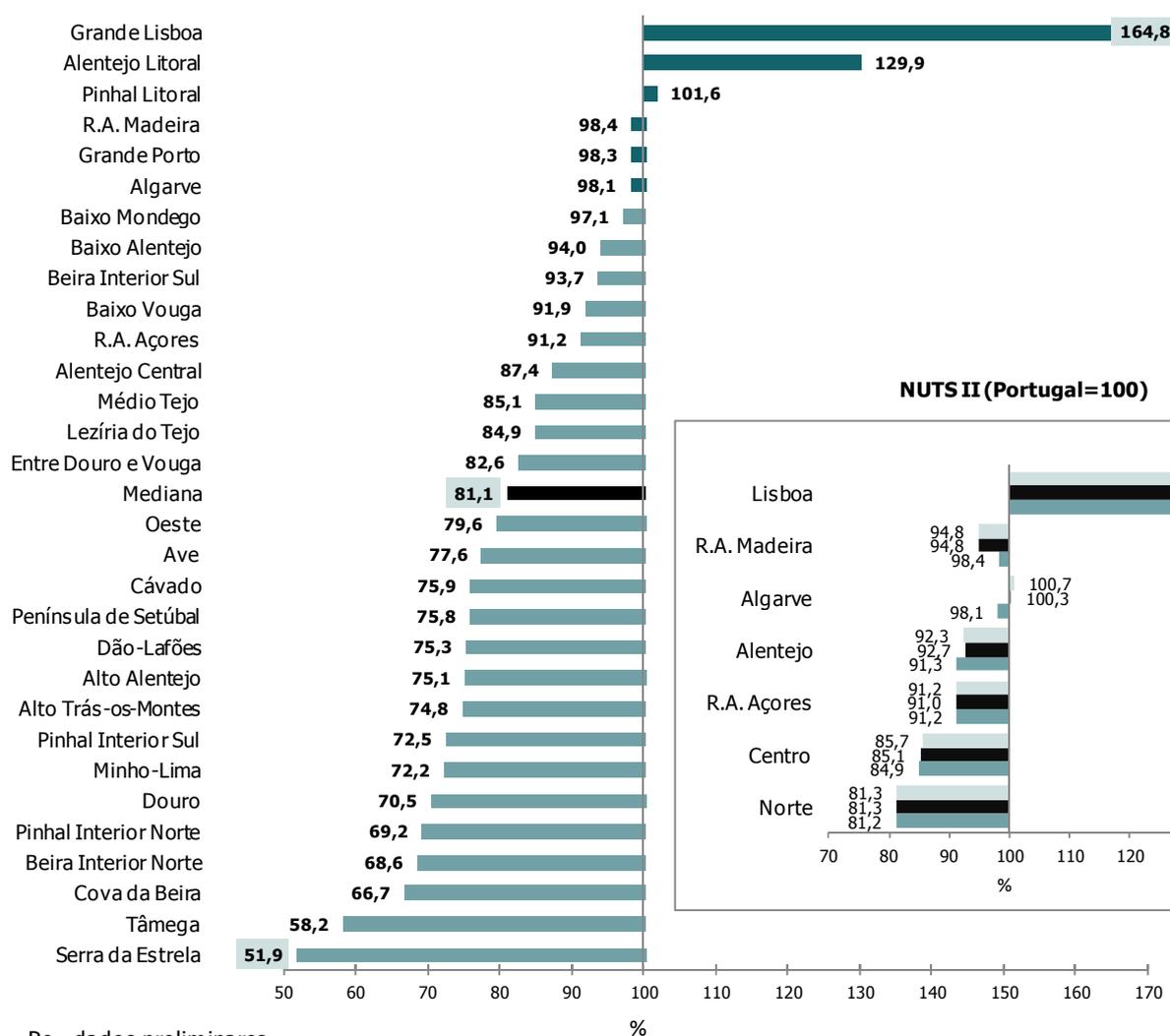
A coesão regional é normalmente avaliada através da expressão atingida pelas assimetrias regionais do PIB *per capita* e da produtividade², no contexto do país e da União Europeia (UE).

O indicador PIB *per capita* relaciona o PIB gerado num dado país ou região, com a população residente. A figura 1 apresenta os índices de disparidade regional do PIB *per capita* das NUTSII e NUTSIII, em relação à média nacional (Portugal = 100). Note-se que algumas regiões NUTSIII são coincidentes com as NUTSII, especificamente o Algarve e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

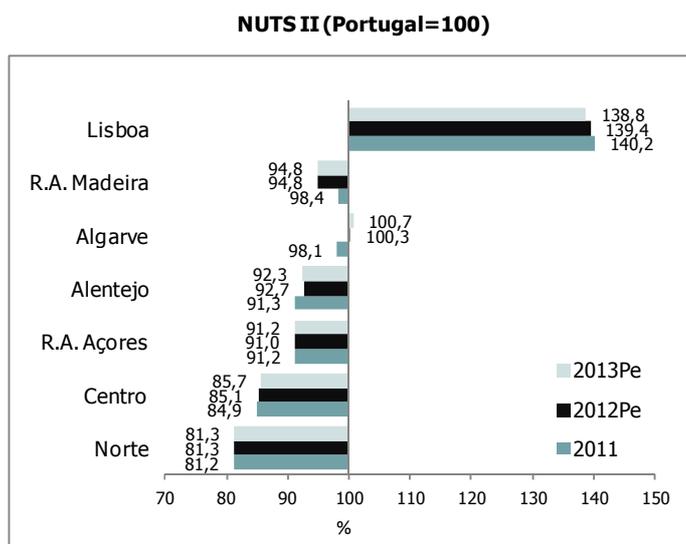
² Produtividade avaliada pelo quociente entre o PIB e o número de indivíduos total.

Figura 1

Índices de Disparidade Regional do PIB *per capita*, NUTSIII – 2011 (Portugal =100)



Pe - dados preliminares



Considerando as NUTSII, em 2011, apenas a região de Lisboa apresentou um índice PIB *per capita* acima da média nacional, com um índice de 140,2, face a 139,5 que apresentava na base 2006. A Região Autónoma da Madeira foi a região que apresentou maior revisão entre bases, passando de um índice PIB *per capita* de 129,3 para 98,4 na base 2011, devido ao duplo efeito da diminuição do PIB em aproximadamente 15%, e da revisão em alta da população em 7,5%. Saliente-se que esta foi a região com maior revisão em termos relativos da população residente obtida nos Censos 2011.

Por seu lado, o Algarve que, em 2011 na base 2006, apresentava um índice de PIB *per capita* de 102,1, passou a 98,1 na base 2011 devido à revisão ocorrida na população residente desta região em cerca de +2,9. O PIB *per capita* das demais regiões mantém-se abaixo da média nacional, à semelhança da base 2006.

Tendo em consideração as NUTSIII, na base 2011 a região da Grande Lisboa continua a apresentar o maior índice PIB *per capita* 164,8, seguida do Alentejo Litoral 129,9. A NUTSIII Pinhal Litoral destaca-se por, na base 2011, passar a apresentar um índice PIB *per capita* acima da média nacional, 101,6, devido à revisão em baixa da população em cerca de -3,3%.

O diferencial entre o índice máximo e mínimo foi 112,9 (face a 114,4 na base 2006) e a mediana do PIB *per capita* fixou-se em 81,1 (79,0 da base 2006).

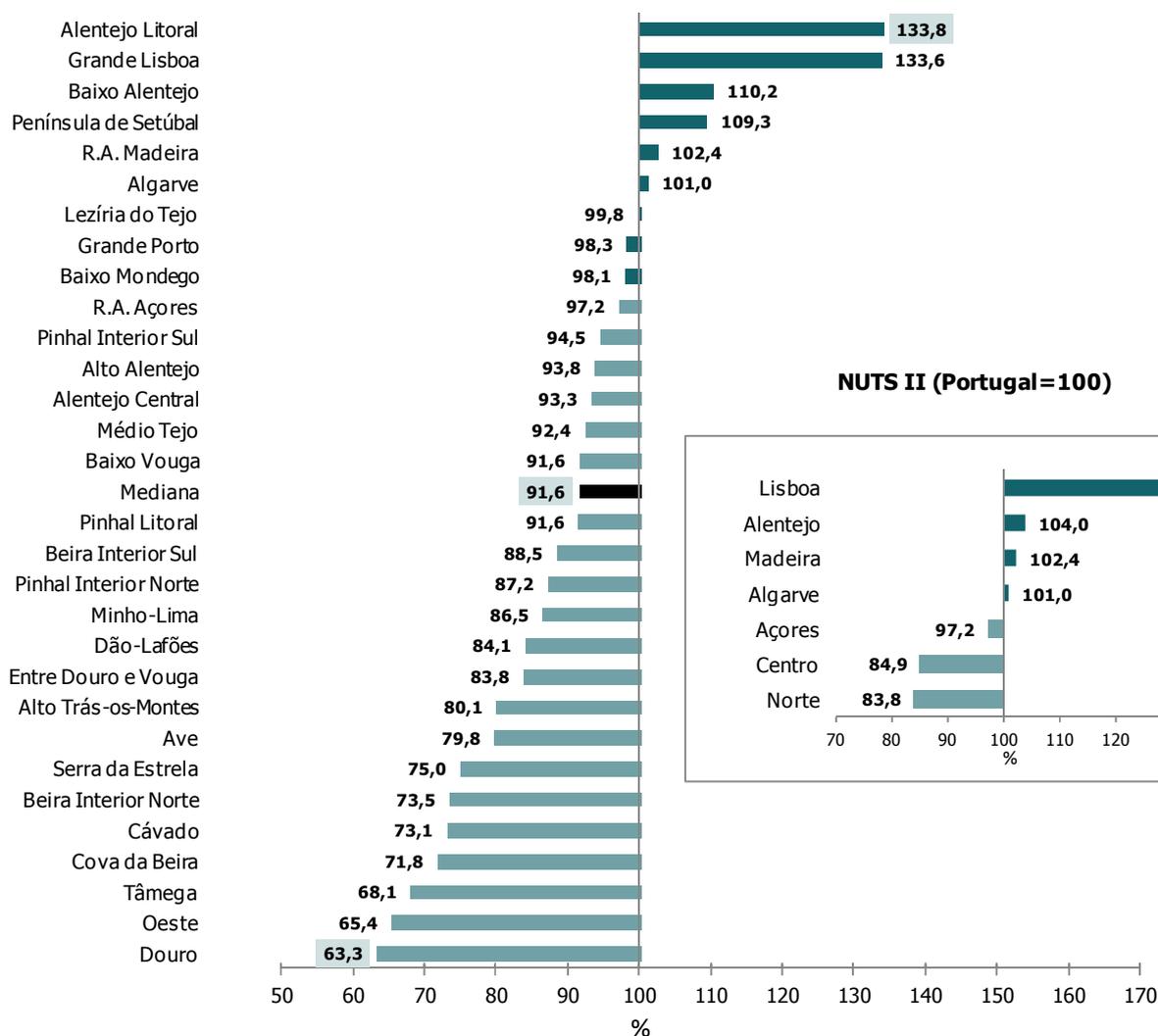
A produtividade aparente do trabalho, determinada pela relação entre o PIB e o emprego que lhe está subjacente, encontra-se expressa na figura 2, que apresenta os índices de disparidade regional deste indicador.

Comparando com a disparidade regional do PIB *per capita*, em relação à produtividade, as regiões do Norte, do Centro e a Região Autónoma dos Açores continuam a apresentar índices inferiores à média nacional. Note-se, no entanto, que o Alentejo, em termos de produtividade, supera a média nacional (104,0 face a 91,3 do índice do PIB *per capita*), facto relacionado com a localização, na zona de Sines, de atividades económicas com elevado rácio capital/trabalho.

Face à base 2006, observa-se uma menor disparidade regional da produtividade, com o diferencial entre o índice máximo e o índice mínimo a passar de 101,3 na base anterior para 70,5 na base atual. A mediana foi revista em alta, de 81,5 para 91,6.

Figura 2

Índices de Disparidade Regional da Produtividade, NUTS III – 2011 (Portugal =100)

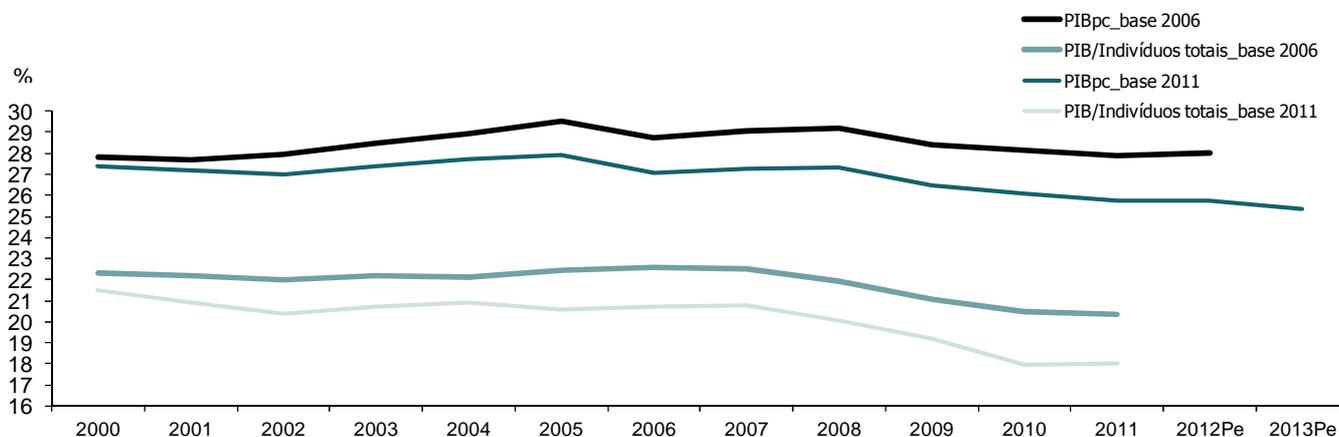


Pe- dados preliminares

O grau de coesão regional pode ainda ser avaliado pelo desvio absoluto médio ponderado do PIB *per capita* e da produtividade, estando este segundo indicador apenas disponível até 2011. A figura 3 apresenta a evolução destes dois indicadores nas duas bases, verificando-se um aumento da coesão regional na base 2011 face à base 2006, em ambos os indicadores. De referir, ainda, a diminuição do indicador relativo ao PIB *per capita* de 2008 a 2013, compreensível num contexto de redução da atividade económica. No ano de 2011, último ano disponível, o indicador relativo à produtividade manteve-se nos 18,0%, tal como em 2010, evolução semelhante à verificada na base 2006.

Figura 3

Dispersão do PIB *per capita* e da Produtividade por região NUTSIII – 2000 a 2013Pe



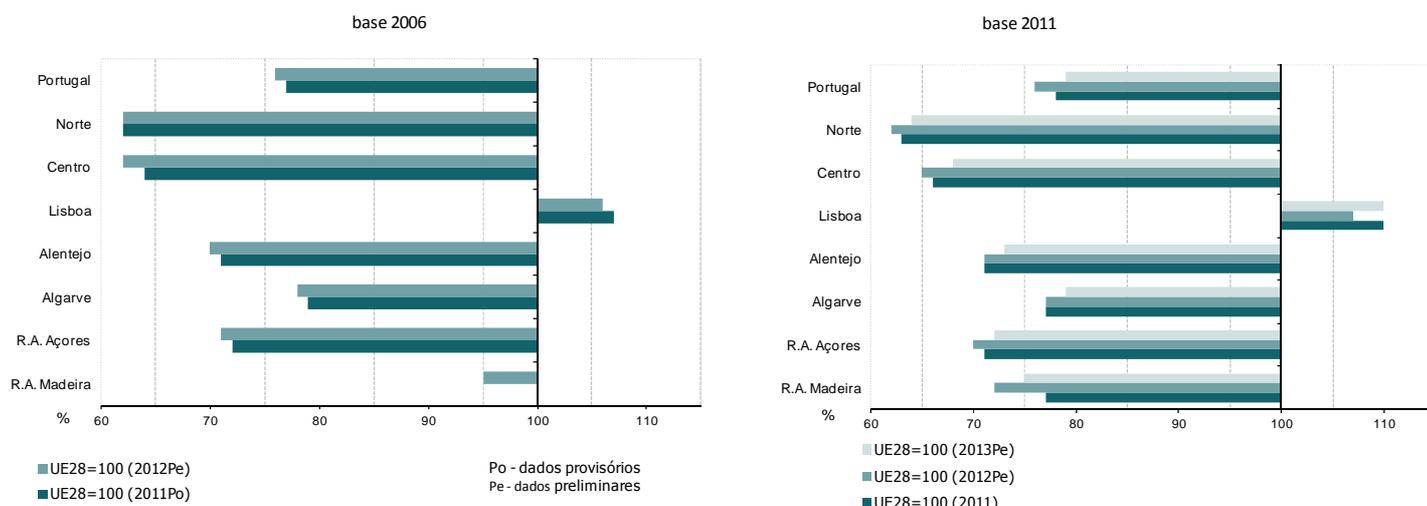
Po - dados provisórios (2011 base 2006)
Pe - dados preliminares

PIB regional expresso em Paridades de Poder de Compra (PPC)

O PIB *per capita* em Portugal, expresso em Paridades de Poder de Compra (PPC) passou, em 2011, de 77,0% da média da União Europeia (UE28) na base 2006, para 78,0% na base 2011. Apenas a região de Lisboa supera a média europeia em 10,0, 7,0 e 10,0 pontos percentuais, respetivamente nos anos de 2011, 2012 e 2013.

Figura 4

Índices de disparidade do PIB *per capita* em PPC – comparação entre bases



O facto mais relevante, pelas razões anteriormente expostas, prende-se com a Região Autónoma da Madeira que, apresentando um índice igual à média da UE em 2011, na base 2006, passa para 77,0% na nova base. As alterações nas restantes regiões são residuais, mantendo-se a sua posição relativa como pode ser observado na figura 4.

A apreciação destas assimetrias deve ter em conta que a conversão de euros para PPC, aplicável no quadro da regulamentação da União Europeia, é feita uniformemente para todas as regiões de cada Estado Membro, não sendo contempladas as diferenças intranacionais de preços relativos ao nível de NUTSII ou NUTSIII.

IV. Formação Bruta de Capital Fixo 2011

O valor da FBCF calculado para 2011, na base 2011, foi superior em 5,4% ao calculado na base 2006. Esta revisão resultou de alterações metodológicas decorrentes da implementação do SEC 2010. As despesas resultantes da aquisição de bens e serviços de I&D ou de processos de desenvolvimento de I&D internos às organizações, passaram a ser registadas como investimento (FBCF), enquanto no SEC 1995 eram consideradas custos de exploração e registados como consumo intermédio ou remunerações. Foi ainda alargado o âmbito do investimento a equipamentos militares, passando a incluir-se os sistemas de armamento, compreendendo veículos militares, navios de guerra, submarinos, aviões militares, etc.

Quadro 5

Formação Bruta de Capital Fixo, por NUTSII

Regiões	Base 2006				Base 2011				
	2011Po		Variação Anual (%) Base 2006	Contributos para a Variação Anual Nacional (p.p.)	2011			Variação Anual (%) Base 2011	Contributos para a Variação Anual Nacional (p.p.)
	10 ⁶ Euros	%			10 ⁶ Euros	%	revisão face à Base 2006 (%)		
Norte	8.790	28,6	-10,3	-3,0	9.380	28,9	6,7	-10,1	-2,9
Centro	5.508	17,9	-14,5	-2,8	5.773	17,8	4,8	-18,1	-3,5
Lisboa	10.197	33,1	-9,6	-3,2	10.426	32,1	2,2	-16,4	-5,5
Alentejo	3.030	9,8	6,8	0,6	3.340	10,3	10,2	10,7	0,9
Algarve	1.563	5,1	-3,0	-0,1	1.740	5,4	11,4	-10,8	-0,6
R.A. Açores	685	2,2	-20,7	-0,5	690	2,1	0,6	-20,6	-0,5
R.A. Madeira	1.004	3,3	0,2	0,0	1.101	3,4	9,7	-3,2	-0,1
Extra-regio	2	0,0	-54,9	0,0	2	0,0	-10,7	-59,6	0,0
Portugal	30.779	100,0	-9,0	-9,0	32.452	100,0	5,4	-12,1	-12,1

Po - dados provisórios

Em 2011, estas alterações não tiveram grande impacto na estrutura regional da FBCF, traduzindo-se, contudo, num ligeiro aumento do peso relativo das regiões do Alentejo, Norte e Algarve, e num decréscimo ligeiramente mais

expressivo em Lisboa, que passou de 33,1% na base 2006, para 32,1% na base 2011. As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e o Centro praticamente mantiveram inalterado o seu peso relativo.

No país, em 2011, a FBCF atingiu 32 452 milhões de euros, o que correspondeu a uma diminuição de 12,1% face a 2010. Com exceção do Alentejo, que registou um contributo positivo de 0,9 p.p., todas as regiões contribuíram negativamente para a variação da FBCF no país: Lisboa (-5,5 p.p.); Centro (-3,5 p.p.); Norte (-2,9 p.p.); Algarve (-0,6 p.p.); Região Autónoma dos Açores (-0,5 p.p.); e a Região Autónoma da Madeira (-0,1 p.p.).

O contributo positivo do Alentejo esteve associado ao acréscimo do investimento realizado nas Indústrias transformadoras. A significativa redução da FBCF na Região Autónoma dos Açores (-20,6%) foi determinada, sobretudo, pelo comportamento do investimento do ramo do Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração e no ramo dos serviços não mercantis, associado ao Setor Institucional das Administrações Públicas.

Lisboa apresentou, em 2011, um investimento de 10 426 milhões de euros, que correspondia a 32,1% do total do investimento nacional, seguida do Norte (9 380, 28,9% do total) e do Centro (5 773, 17,8%). As restantes quatro regiões foram responsáveis por pouco mais de um quinto do investimento total, sendo a Região Autónoma dos Açores a que evidenciou menor contributo (2,1%).

V. Contas das Famílias 2011

Em 2011, o Rendimento Disponível Bruto (RDB) e o Rendimento Primário Bruto (RPB) mantiveram-se quase inalterados com a mudança de base, passando o RDB de 121 694 para 121 752 milhões de euros, e o RPB de 121 477 para 121 432 milhões de euros, registando-se alterações pouco relevantes nas estruturas regionais, como se pode observar no quadro 6.

Quadro 6

Rendimento Primário e Rendimento Disponível das Famílias, por NUTSII - 2011

Regiões	Base 2006						Base 2011					
	2011Po						2011					
	RD			RP			RD			RP		
	Total		Variação Anual									
	10 ⁶ Euros	%	%									
Norte	36.303	29,8	-2,3	34.733	28,6	-1,3	36.161	29,7	-4,1	34.957	28,8	-3,9
Centro	24.199	19,9	-2,1	22.539	18,6	-1,6	24.529	20,1	-4,2	23.126	19,0	-4,2
Lisboa	41.945	34,5	0,1	45.607	37,6	0,5	41.475	34,1	-3,9	44.515	36,7	-3,6
Alentejo	8.084	6,6	-2,6	7.626	6,3	-1,9	8.227	6,8	-4,3	7.778	6,4	-4,1
Algarve	5.184	4,3	-2,8	5.195	4,3	-2,4	5.273	4,3	-4,9	5.270	4,3	-4,9
R.A. Açores	2.846	2,3	-0,3	2.779	2,3	-0,3	2.942	2,4	-2,7	2.862	2,4	-3,3
R.A. Madeira	3.027	2,5	-0,4	2.842	2,3	-1,0	3.037	2,5	-3,2	2.805	2,3	-4,2
Extra-regio	106	0,1	-8,3	128	0,1	-9,2	108	0,1	-12,4	118	0,1	-13,2
Portugal	121.694	100	-1,4	121.447	100	-0,7	121.752	100	-4,0	121.432	100	-3,9

Em termos de assimetrias regionais, ao nível das NUTSII, as diferenças regionais do Rendimento Primário (RP) e, sobretudo, do Rendimento Disponível (RD) *per capita* das famílias, embora sejam significativas, apresentam valores bastante inferiores aos do PIB *per capita*, como pode ser observado no quadro seguinte. Em 2011, o PIB *per capita* de Lisboa (o maior) excedia em 72,6% o do Norte (o menor), enquanto os valores de Lisboa de RP e de RD *per capita*, se encontravam, respetivamente, 66,4 % e 49,8% acima da região com menores rendimentos. Como seria de esperar, a redistribuição dos rendimentos reduz, de forma significativa, as diferenças entre as regiões.

Quadro 7

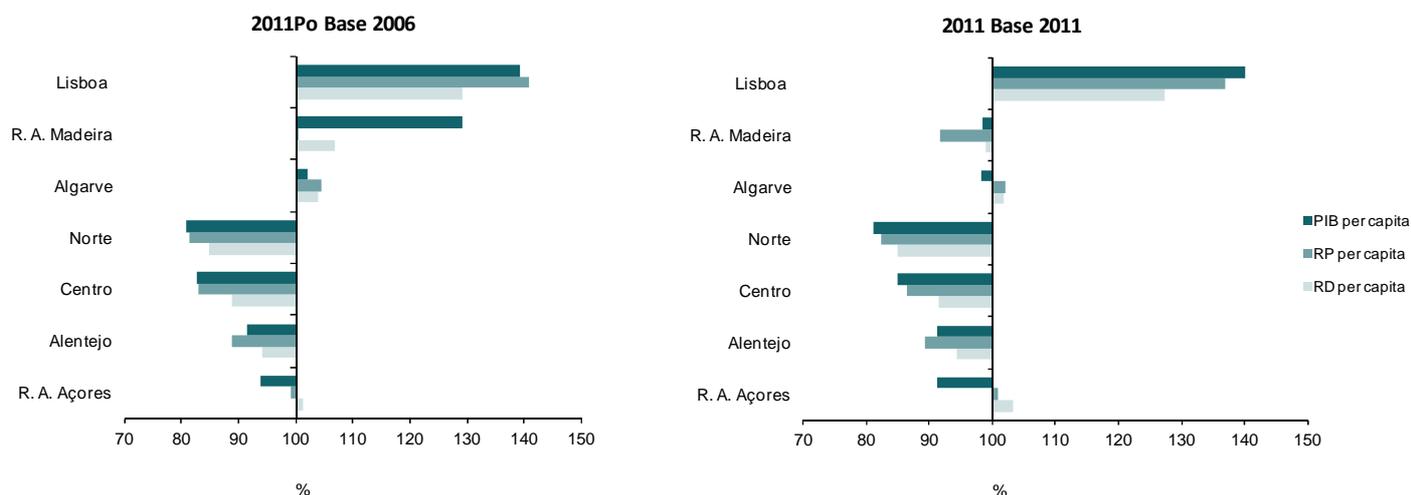
Distribuição regional do PIB, RP e RD *per capita*, por NUTSII - 2011

Regiões	Base 2006			Base 2011					
	2011Po			2011					
	PIB pc	RP pc	RD pc	PIB pc		RP pc		RD pc	
	euros	euros	euros	euros	revisão face à Base 2006 (%)	euros	revisão face à Base 2006 (%)	euros	revisão face à Base 2006 (%)
Norte	13.022	9.292	9.712	13.548	4,0	9.472	1,9	9.799	0,9
Centro	13.318	9.490	10.189	14.165	6,4	9.951	4,9	10.555	3,6
Lisboa	22.454	16.109	14.815	23.389	4,2	15.758	-2,2	14.682	-0,9
Alentejo	14.743	10.166	10.776	15.235	3,3	10.281	1,1	10.874	0,9
Algarve	16.435	11.938	11.912	16.374	-0,4	11.745	-1,6	11.751	-1,4
R.A. Açores	15.143	11.331	11.606	15.226	0,5	11.589	2,3	11.913	2,6
R.A. Madeira	20.804	11.499	12.249	16.412	-21,1	10.542	-8,3	11.413	-6,8
Portugal	16.111	11.434	11.457	16.686	3,6	11.502	0,6	11.532	0,7
Máx-Min	9.431	6.816	5.103	9.842	4,3	6.286	-7,8	4.883	-4,3

A mudança de base determinou uma reavaliação do PIB *per capita* do país em +3,6%, enquanto o RP *per capita* e o RD *per capita* foram revistos apenas em +0,6% e +0,7%, respetivamente. Estes indicadores foram mesmo revistos em baixa no Algarve e sobretudo na Região Autónoma Madeira. Nesta região, pelas razões atrás referidas, o PIB *per capita*, foi revisto em baixa 21,1%, o RP *per capita* 8,3% e o RD *per capita* 6,8%. A região de Lisboa, embora tenha apresentado uma revisão em alta do PIB *per capita* (4,2%), registou decréscimos de 2,2% no RP *per capita* e de 0,9% no RD *per capita*.

Figura 4

Índices de disparidade do PIB, RP e RD per capita , por NUTSII - 2011



Na relação entre o rendimento das famílias gerado pela sua participação no processo produtivo e pelos rendimentos de propriedade (recebidos menos pagos), e a ação redistributiva dos rendimentos e das outras transferências correntes, a região de Lisboa foi a mais afetada, perdendo o índice do RD 12 p.p. e 10 p.p. face ao RP, em 2011, bases 2006 e 2011, respetivamente. Pelo contrário, nesse mesmo ano, as regiões que mais beneficiaram das transferências sociais, na sua maioria da responsabilidade das administrações públicas, foram a Região Autónoma da Madeira, que aumentou o RD face ao RP 6 p.p. na base 2006 e 7 p.p. na base 2011, o Centro com um aumento de 6 p.p. na base 2006 e 5 p.p. na base 2011 e o Alentejo (5 p.p. em ambas as bases).

Alterações metodológicas introduzidas pelo SEC 2010

Novas regras de registo das "entidades com fins específicos" (Special Purpose Entities – SPE) – unidade com pouca presença física

As SPE são unidades legalmente constituídas num território, controladas por entidades não residentes, sem expressão em termos de emprego, mas que podem apresentar valores relevantes em diversos fluxos com o exterior, nomeadamente com empresas do "grupo", em contraste com exíguas, ou mesmo inexistentes, relações económico-financeiras com agentes económicos residentes. Tipicamente atuam na área financeira, no "trading", ou simplesmente como veículo de "otimização fiscal" no seio de um grupo de empresas. Em Portugal, parte importante das unidades com estas características situam-se no Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM).

Enquanto o SEC 1995 era omissivo sobre o tratamento da produção destas unidades, o SEC 2010 reconhece o carácter excecional destas unidades, considerando que a sua função principal consiste na captação e transferência de fundos entre entidades não residentes. Consequentemente, procedeu-se à reclassificação destas unidades, que maioritariamente passaram a integrar o setor das sociedades financeiras, sendo ainda recomendado que a atividade registada no território de acolhimento corresponda apenas aos fluxos realizados com agentes económicos residentes.

A aplicação do novo registo das SPE que operam no Centro Internacional de Negócios da Madeira teve forte impacto no PIB da Região Autónoma da Madeira, que diminuiu 15,1%, sendo, por este motivo, a única Região onde a mudança de base conduziu à sua revisão em baixa.

Alterações metodológicas introduzidas pelo SEC 2010

Registo das despesas com a aquisição de material militar como investimento

De acordo com o SEC 1995, apenas os equipamentos militares que também pudessem ter utilização civil, nomeadamente para transporte ou salvamento de pessoas, eram classificados como investimento (Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF). Assim, a maioria das despesas em material militar era registada em consumo intermédio das Administrações Públicas e, nessa medida, o seu valor estava refletido no PIB.

O SEC 2010 alargou o âmbito do investimento em equipamentos militares, abrangendo as despesas em material militar, seja através da aquisição de bens, seja pela produção própria, passando a incluir-se, neste conceito mais abrangente de FBCF, os sistemas de armamento, compreendendo veículos militares, navios de guerra, submarinos, aviões militares, etc. O principal resultado desta alteração é aumentar o peso relativo do investimento e reduzir o peso relativo do consumo público no PIB. No entanto, há ainda um pequeno impacto positivo no PIB, resultante do consumo de capital fixo associado à capitalização destes equipamentos.

Registo das despesas em investigação e desenvolvimento (I&D) como investimento

Com o SEC 2010, as despesas resultantes da aquisição de bens e serviços de I&D ou de processos de desenvolvimento de I&D internos às organizações, passam a ser registadas como investimento (FBCF), enquanto no sistema anterior eram consideradas custos de exploração e registadas nas Contas Nacionais como consumo intermédio ou remunerações. Em consequência, tudo o resto constante, o valor do PIB aumenta. Contudo, no caso de unidades institucionais não mercantis, em que a atividade é medida pelos custos, dando origem a despesas de consumo final que contribuem para o PIB, aquela alteração incrementa o PIB apenas no montante do Consumo do Capital Fixo, que passa a ser considerado em resultado da capitalização das despesas com I&D.

O quadro seguinte ilustra a distribuição regional da FBCF em Material Militar e I&D por NUTSII em 2011, sendo visível a sua concentração na região de Lisboa (51,3%), Norte (27,4%) e Centro (15,7%).

Regiões	Material Militar + I&D	
	10 ⁶ Euros	%
Norte	736	27,4
Centro	423	15,7
Lisboa	1.379	51,3
Alentejo	82	3,0
Algarve	33	1,2
R.A. Açores	19	0,7
R.A. Madeira	17	0,7
Extra-regio	0	0,0
Portugal	2.689	100,0